

REFLEXÕES SOBRE A FAMÍLIA DE SURDOS E A AQUISIÇÃO DE LIBRAS COMO SEGUNDA LÍNGUA – UMA REVISÃO DE LITERATURA

Maria Viviane da Silva Rodrigues¹
Cauê Jucá Ferreira Marques²
Luis André da Silva Araújo³
Diná Santana de Sousa⁴

INTRODUÇÃO

Sob a perspectiva histórico-cultural, concebemos as interações sociais como base do desenvolvimento mental do sujeito; e a família como propulsora dessas socializações primárias (RODRIGUERO; YAEGASHI, 2013). No caso das crianças surdas, estima-se que 95% destas têm pais ouvintes que, em sua maioria, desconhecem a língua de sinais, dificultando essa comunicação primeira (RIBEIRO et. al., 2019). Nesse sentido, Goldfeld (2002) culpabiliza a sociedade – por questões culturais –, e não a surdez, pela discriminação e marginalização dos surdos.

Considerando as condições físicas das pessoas surdas, Quadros (1997) defende que, para essa comunidade, o aprendizado de qualquer língua oral-auditiva será formal e/ou mecânico. Desse modo, concebe a língua de sinais como língua natural desses sujeitos, pois tem modalidade visual-espacial, sendo, portanto, adequada à visualidade do surdo. Por outro lado, salienta a importância inquestionável do ambiente e da interação social para o desenvolvimento da linguagem.

Diante do exposto, reflete-se: qual a importância do aprendizado das línguas de sinais por ouvintes que têm filhos surdos? Esta revisão de literatura busca discutir esse

¹ Graduanda do Curso de Letras Libras da Universidade Federal - UFC, vivi.mvrsr26@gmail.com;

² Graduando do Curso de Letras Libras da Universidade Federal - UFC, cacajucaf@gmail.com;

³ Graduando do Curso de Letras Libras da Universidade Federal - UFC, luis.andre.ufc@gmail.com;

⁴ Mestra em Gestão de Negócios Turísticos pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Especialista em Libras pela Universidade Cândido Mendes - UCAM e em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade da Aldeia de Carapicuíba - FALC. Graduada em Letras/Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Docente de Libras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE campus Canindé. Membro da Comissão Técnica para Política de Acessibilidade do IFCE. dinas40@gmail.com.

questionamento com base nas produções de Quadros (1997), Goldfeld (2002), Rodriguero e Yaegashi (2013), Strobel (2018), Ribeiro et. al. (2019), entre outros.

METODOLOGIA

O estudo configura-se como uma revisão narrativa de literatura que adota o método descritivo com abordagem qualitativa (LAKATOS; MARCONI, 2012). No trabalho, buscou-se discutir concepções de deficiência e surdez a partir de Diniz (2012) e Skliar (1997); Cultura Surda (STROBEL, 2018); a importância da família para o desenvolvimento da criança surda em Quadros (1997), Goldfeld (2002), Rodriguero e Yaegashi (2013), Ribeiro et. al. (2019); a aquisição de Libras como segunda língua – L2 (GESSER, 2012); e o que preconiza a legislação vigente (BRASIL, 1996; 2002).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Se o conceito de deficiência é social e historicamente construído, o modelo social de deficiência surge, nos anos 70, para questionar o discurso biomédico e problematizar a estrutura social que reproduz preconceitos (DINIZ, 2012). No que se refere às concepções de surdez, o modelo socioantropológico constitui um contraponto ao modelo clínico-terapêutico e coloca os sujeitos surdos não mais como pessoas com deficiência, mas como parte de uma comunidade cultural e linguística diferente da maioria ouvinte (SKLIAR, 1997).

Declarar as particularidades culturais do povo surdo significa afirmar a existência de uma cultura surda. Strobel (2018, p. 29) define cultura surda como

“[...] o jeito de o surdo entender o mundo e de modifica-lo a fim de torna-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das ‘almas’ das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo.”

A autora ressalta que o processo de transmissão cultural de surdos acontece, na maioria das vezes, na idade adulta, já que a maioria das famílias é ouvinte e há pouco contato com a comunidade surda, que compartilha dos mesmos interesses e código de formação visual (STROBEL, 2018), reforçando o argumento de Quadros (1997), que defende a estruturação de um ambiente linguístico e cultural apropriado à aquisição da linguagem. De acordo com Rodriguero e Yaegashi (2013), o primeiro passo é a integração da criança surda ao grupo familiar, processo dificultado pela barreira linguística (carência de diálogo), que leva ao isolamento da criança (STROBEL, 2018).



Em relação à família, a autora a define como artefato cultural do povo surdo, pois exerce influência direta sobre o fortalecimento (ou não) da identidade surda, destacando que, no caso das famílias ouvintes, há o fenômeno do rompimento de expectativa por um filho considerado “normal”, passando por um processo de negação da surdez, o que pode prejudicar, além de outros aspectos, o contato da criança com sua língua natural (STROBEL, 2018; RODRIGUERO; YAEGASHI, 2013).

Diversos estudos descritivos e exploratórios comprovam a necessidade do aprendizado de Libras por parte das famílias de surdos (ROCHA; BOTELHO, 2013; TELOCKEN; TELOCKEN, 2016; RIBEIRO et. al, 2019). Além disso, o Estado, por meio da Lei 10.436/2002, conhecida como Lei da Libras, se compromete com o apoio ao uso e difusão da língua (BRASIL, 2002).

De modo complementar, o reconhecimento da Educação Bilíngue como a mais adequada para a educação de crianças surdas, por considerar a Libras como natural (QUADROS, 1997); e o destaque à necessidade do diálogo família/escola para a educação de todos salientada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (BRASIL, 1996), leva à necessidade de que os sistemas educacionais e os currículos de instituições de educação de surdos considerem as realidades das famílias de surdos, ofertando o ensino de Libras como segunda língua (L2) para elas. No que se refere ao aprendizado de Libras como L2 por familiares de pessoas surdas, Gesser (2012) alerta para a necessidade do professor apresentar a este aprendiz o universo linguístico e cultural do surdo para que, assim, atinja seu objetivo de comunicar-se com seus familiares surdos, que carecem de referências adultas surdas e sinalizantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura analisada aponta para a necessidade de se construir um processo de sensibilização para o aprendizado de língua de sinais junto às famílias de surdos. Os estudos reforçam que pensar uma educação bilíngue e bicultural para surdos passa pela compreensão de que esta é regida pela legislação vigente, que, por sua vez, compreende a família como parte essencial do processo educativo.

Nesse sentido, efetivar uma educação igualitária aos educandos surdos, significa pensar além dos muros da escola: passa pela reflexão sobre a realidade social e familiar em que estão inseridos e propor, por vias legais e institucionais, estratégias para que não apenas as famílias,



mas a sociedade de modo geral, possa interagir com os surdos em sua língua natural, demonstrando, assim, a garantia do direito linguístico e o rompimento com a barreira comunicacional imposta histórica e culturalmente a esse público.

Palavras-chave: Surdez; Família; Libras como L2; Educação Bilíngue.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 24 out. 2020.

_____. **Lei 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília: DF, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm Acesso em: 24 out. 2020.

DINIZ, D. O que é deficiência? São Paulo: **Brasiliense**, 2012.

GESSER, A. O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a Libras. São Paulo: **Parábola**, 2012.

GOLDFELD, M; A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 7. ed. São Paulo: **Plexus**, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia do Trabalho Científico. 7. ed. São Paulo: **Atlas**, 2012.

QUADROS, R. M. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: **Artmed**, 1997.

RIBEIRO, V. L.; BARBOSA, R. L. L.; MARTINS, S. E. S. O.; Pais ouvintes e filhos surdos: o lugar das famílias em propostas educacionais bilíngues. **Educação**, Santa Maria, v. 44, n. 1, p. 1-27, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/35150/pdf> . Acesso em: 24 out. 2020.

ROCHA, L. R. M.; BOTELHO, T. S. A importância do aprendizado da língua de sinais no seio familiar do surdo. **VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial**. Londrina, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT07-2013/AT07-031.pdf> Acesso em: 24 out. 2020.

RODRIGUERO, C. R. B.; YAEGASHI, S. F. R.; A família e o filho surdo: uma investigação acerca do desenvolvimento psicológico da criança segundo a abordagem histórico-cultural. Curitiba: **CRV**, 2013.

SKLIAR, C. **Educação e exclusão**: abordagens socioantropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. 4. ed. Florianópolis: **UFSC**, 2018.

TELOCKEN, S.; TELOCKEN, S. G. Libras no cotidiano dos familiares de pessoas Surdas. **XXI Seminário Interinstitucional de ensino, pesquisa e extensão**. Cruz Alta, 2016.

Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/seminario/anais/anais-2016/> Acesso em: 24 out. 2020.